



**32a. Sessão do Comitê Permanente de
Nutrição da Organização das Nações
Unidas - SCN. Brasil, março 2005.**

Relatório Final

14 a 18 de março de 2005

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASA	Articulação do Semi Árido
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COEP	Comitê das Empresas Públicas no Combate à fome e pela vida
CGPAN	Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição
CGSA	Coordenação Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
ECN	Estudo de Caso Nacional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IFPRI	International Food Policy Research Institute
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDM	Metas de Desenvolvimento do Milênio
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde

ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PRDC	Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão
PNAE	Programa Nacional de Alimentação do Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PSF	Programa de Saúde da Família
RESAB	Rede Educacional para o Semi-árido
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCTIS	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SCN - ONU	Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas

INTRODUÇÃO

Entre os dias 14 e 18 de março de 2005, o Brasil sediou em Brasília a 32ª Sessão anual do Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas (Stading Committe on Nutrition SCN/ONU), ratificando a decisão da 31ª Sessão, realizada em Nova Iorque em março de 2004. A participação de representantes da delegação brasileira no encontro de 2004 reforçou a proposta de candidatura do Brasil para sediar a Sessão subsequente do Comitê e proporcionou uma maior articulação internacional, já fortalecida pela atuação destacada do país na área de alimentação e nutrição. Desta forma, ao sediar a 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição - SCN, o governo brasileiro reafirma o potencial do evento, bem como do próprio processo preparatório, em favorecer os propósitos de garantir a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e integrar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas propostas de desenvolvimento nacional.

Criado em 1973 e composto por 16 agências das Nações Unidas, por governos e organizações da sociedade civil, o Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas tem como objetivos: (1) sensibilizar a comunidade internacional e os governos sobre os problemas nutricionais, mobilizando esforços para resolvê-los, em nível internacional, nacional e regional; (2) aumentar a compreensão e a preocupação sobre os problemas de nutrição nos âmbitos global, regional e nacional; (3) promover o combate à má nutrição no mundo, fortalecendo ações de alimentação e nutrição e (4) promover a cooperação entre as agências das Nações Unidas e organizações parceiras. Na atual conjuntura, o SCN vem construindo estratégias voltadas para favorecer, facilitar e auxiliar os países a desencadearem um processo interno de integração da Nutrição e dos Direitos Humanos nas políticas e programas nacionais, de forma a garantir a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), sob a ótica do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

As **Metas de Desenvolvimento do Milênio** foram definidas pela ONU em 2000, referenciadas para o ano de 2015, e consistem em:

1. Erradicar a pobreza e a extrema fome
2. Alcançar a educação primária universal
3. Promover equidade de gêneros e dar maior poder às mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater HIV/AIDS, malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade do ambiente
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

A **abordagem de direitos humanos** incorpora à este processo um olhar diferenciado para diversas dimensões das políticas públicas que devem ser obrigatoriamente garantidas, tais como: (1) promoção da dignidade humana; (2) redução das múltiplas desigualdades existentes, como de raça/etnia, urbano/rural, de gênero, econômica e social; (3) implantação de políticas de afirmação/inclusão; (4) instituição de mecanismos de informação e formação sobre este tema e de impetração de recursos e investigação de denúncias no caso de violações de direitos humanos.

Com base nestes pressupostos, em consonância com a estratégia de estimular os países a incorporarem as prioridades alimentares e nutricionais em suas políticas públicas, a 32ª Sessão teve como objetivo avaliar experiências e lições aprendidas em diferentes contextos nacionais. Como parte do processo preparatório, foram realizados estudos de caso de quatro países (Brasil, Angola, Bolívia e Moçambique) que analisaram a inserção dos componentes de alimentação e nutrição nos respectivos planos nacionais de desenvolvimento e combate à pobreza. Desta forma, foi possível destacar o potencial das ações de nutrição no alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), identificando, em cada contexto, os limites e potencialidades, lacunas e dificuldades deste processo, sob a ótica da garantia do DHAA.

Além do objetivo analítico, com vistas à construção de novos caminhos e estratégias de ação, a realização dos estudos de caso também contribuiu para o aprimoramento das habilidades de planejamento e gestão das equipes técnicas nacionais, que tiveram oportunidade de trocar experiências com as equipes dos demais países e entre si.

Cada estudo de caso nacional resultou em um relatório final que foi apresentado na 32^a Sessão, destacando as iniciativas bem sucedidas, lições aprendidas, identificando fragilidades e lacunas e apontando recomendações de caminhos para superação destes limites.

No intuito de contribuir para a formação das equipes profissionais que atuam no campo da alimentação e nutrição no Brasil, a 32^a Sessão foi organizada de modo a contemplar não só espaços de debates mais amplos sobre o tema no plano internacional, mas fóruns específicos de discussão sobre a realidade nacional. Desta forma, além de uma programação ampliada comum, foram realizadas atividades (oficinas e grupos de trabalho) que abordaram temáticas afeitas ao SCN no plano internacional, e outras voltadas para análises de questões específicas do contexto brasileiro. Este espaço nacional de formação contou com a participação de um contingente expressivo de profissionais que atuam na área de alimentação e nutrição em diferentes estados e municípios do país, além de representantes dos ministérios e agências locais do sistema das Nações Unidas (em torno de 700 brasileiros). Neste exercício coletivo de construção foram consideradas as sinergias entre alimentação, nutrição e o alcance das MDM nos programas nacionais, além de questões sobre a garantia do DHAA, incluindo as Diretrizes Voluntárias para apoiar a realização progressiva deste direito no país. As principais questões abordadas nestes fóruns são apresentadas de forma sintética neste relatório.

1 O debate internacional e os estudos de caso nacionais

Durante o primeiro dia de realização do evento, as questões tratadas no fórum internacional mais amplo contemplaram: a visão do SCN sobre a importância da garantia do direito à alimentação adequada para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio; uma análise do cumprimento destas Metas no plano internacional e do papel das agências de cooperação técnica neste processo além de uma análise das Diretrizes Voluntárias sobre o DHAA como ferramenta importante para a realização das MDM e para a realização progressiva deste direito¹. Além disto, nesta primeira etapa do evento foram apresentados os principais resultados dos quatro estudos de caso, sintetizados em documento específico

¹ Para conhecer as diretrizes voluntárias para o DHAA acesse: <https://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/diretrizesvoluntarias.pdf>

produzido pelo SCN, que desenvolve uma análise comparativa das conclusões construídas em cada contexto nacional (Brasil, Bolívia, Angola e Moçambique)².

1.1 Balanço das Metas de Desenvolvimento do Milênio

O SCN destacou os limites que vêm sendo enfrentados no plano internacional para o cumprimento das MDM, como a insuficiência dos recursos destinados ao combate à fome e desnutrição, que inviabiliza o alcance desta Meta e compromete o alcance das demais. Segundo o SCN, as ações de combate à pobreza têm apresentado resultados positivos e a projeção indica que os níveis de pobreza cairão para 12,5% em 2015, menos da metade do que há 15 anos. Quanto à fome, o ritmo tem sido menos intenso, apesar de a produção mundial de alimentos ter triplicado nos últimos cinco anos. Em dez anos, os países da Ásia, África Subsaariana, América Latina e Caribe, por exemplo, reduziram, em média, cerca de três pontos percentuais o total da população que passa fome. No entanto, só na região africana, cerca de um terço da população ainda sofre de desnutrição, uma doença intimamente relacionada com a fome e a falta de acesso ao alimento. No caso brasileiro, a redução expressiva do percentual de desnutrição em crianças e adultos foi destacada no Estudo de Caso nacional como um avanço importante no quadro nutricional da população. No entanto, isto não implicou na melhoria do estado nutricional como um todo e das condições mais amplas de segurança alimentar e nutricional no país, considerando o contingente expressivo da população que tem o acesso a alimentação adequada comprometido, além de problemas no sistema produtivo, na qualidade sanitária e nutricional e no acesso a água e bens e serviços públicos essenciais. Desta forma, situações de privação alimentar e problemas de carências de micronutrientes, além da prevalência crescente da obesidade, inclusive nos segmentos de mais baixa renda, vêm se colocando como desafios a serem enfrentados no país.

Como parte do balanço analítico sobre o cumprimento das MDM, destacou-se que a principal intenção das agências de cooperação técnica internacional neste processo, como a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), é criar um compromisso político e reforçar a responsabilidade dos governos nacionais.

² Para obter a descrição dos resultados dos diferentes estudos de caso acessar o documento produzido pelo SCN, ou no site www.saude.gov.br/nutricao.

1.2 Os estudos de caso nacionais

Os países que realizaram os estudos de caso reconheceram a riqueza deste processo, considerando que provocou e possibilitou troca de conhecimentos entre diferentes segmentos envolvidos na área de alimentação e nutrição, além de uma maior visibilidade destas ações. Os esforços de sensibilização e formação em torno da temática do DHAA foram também destacados como um fator positivo. Iniciativas deste tipo assumem ainda maior relevância diante da fragilidade da noção de direito que vigora nestes contextos, onde há uma disseminação de valores e práticas que contribuem para reforçar as desigualdades e os diferentes tipos de violações. O tempo insuficiente para explorar mais o processo de discussão foi destacado como fator limitante, além de dificuldades para que todos os setores envolvidos participassem efetivamente da elaboração dos estudos de caso. Este fato teve especial importância no caso brasileiro, considerando inclusive a dimensão da análise frente ao número expressivo de setores e programas que vêm desenvolvendo ações de alimentação e nutrição. Como consequência, não foi possível contemplar o conjunto de informações referentes aos programas em toda sua amplitude, fato que definiu as possibilidades de análise.

Ainda nesta fase inicial do evento, o Brasil apresentou os princípios norteadores e ações que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Fome Zero, concebido pelo atual governo como uma política pública que visa à erradicação da fome e da exclusão social. Esta iniciativa vem tendo repercussão importante no cenário internacional, como experiência de abordagem da temática alimentar e nutricional num contexto onde o combate à fome foi eleito como prioridade política pelo governo federal. Ainda que sejam reconhecidos os desafios e necessidades de avanços, o SCN destacou o Fome Zero como experiência que pode inspirar iniciativas similares em outros contextos. Além disso, ressaltou a importância do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que por sua composição multi-setorial, incluindo representantes de diferentes setores de governo e sociedade civil, constitui espaço de formulação de propostas que articulem as políticas e programas de alimentação e nutrição. Este pressuposto de um planejamento integrado é fundamental tanto para realização do direito à alimentação adequada quanto para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Por outro lado, a carência de dados atualizados sobre o perfil alimentar e nutricional da população brasileira foi um fator limitante apontado pelo SCN.

Em resumo, foram destacados no Estudo de Caso brasileiro os seguintes pontos como avanços e desafios no contexto das políticas públicas na área de alimentação e nutrição:

Avanços e potencialidades

- O Estado brasileiro reconhece o Direito Humano à Alimentação adequada ao pactuar e ser signatário de diversas legislações que regem o tema no âmbito internacional e nacional. O atual governo vem conferindo destaque ao tema da alimentação e nutrição no conjunto de suas prioridades e o escopo de ações relacionadas com este tema é extremamente significativo, compondo 81 programas do Governo Federal situados em 23 Ministérios.
- O país dispõe de múltiplas instituições voltadas para formulação e implementação de programas e ações na área de alimentação e nutrição.
- Os conselhos relacionados à área de alimentação e nutrição, especialmente o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além dos demais existentes nos níveis estaduais e municipais, representam um avanço importante na possibilidade de exercício do controle social por constituírem-se em espaços potenciais de formulação pactuada de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Identificou-se uma tendência positiva em relação a alguns indicadores relacionados especificamente à nutrição, tais como os distúrbios por carência de iodo, que apresentaram grande redução nas últimas décadas. Este avanço pode ser relacionado ao sucesso de medidas como a iodatação do sal para consumo humano.

Desafios e proposições

- Permanecem no país desigualdades importantes em termos de prevalência de agravos nutricionais entre as regiões, grupos étnicos, gênero, estratos de renda e entre áreas urbanas e rurais, bem como de acesso a bens e serviços públicos.
- Além disto, a informação ainda é mais precária no que se refere a dados de populações específicas como indígenas, quilombolas, população de rua, assentamentos e acampamentos rurais. Desta forma, destacou-se a necessidade de atualização das informações referentes à situação alimentar e nutricional da população brasileira, especialmente para estes segmentos.
- Apesar da existência de bases legais e institucionais para garantia do Direito Humano à Alimentação (sem desconsiderar todas as lacunas citadas), em diversas situações não se garante o seu cumprimento. Isto se deve em parte pela fragilidade na definição de papéis dos diferentes atores sociais, setores e níveis de governo (federal, estadual e

municipal), bem como nos mecanismos e processos de responsabilização dos mesmos em casos de violação deste direito. Portanto, ressaltou-se a necessidade de se consolidar e fortalecer os mecanismos de responsabilização bem como de controle social, uma vez que também foram identificadas falhas nestas esferas. Desta forma, foram propostas estratégias para fortalecimento dos diferentes conselhos que atuam nesta área, incluindo a formação continuada dos conselheiros sobre os temas relacionados ao DHAA e a SAN.

- Apesar da existência de algumas ações pontuais voltadas para estes grupos, políticas públicas mais amplas destinadas às populações vulneráveis carecem de ser formuladas. Uma questão agravante é o fato de que o planejamento das intervenções não contempla a participação das comunidades.
- Foram identificadas diversas fragilidades na infra-estrutura de gestão (insuficiência de recursos, equipamento, pessoal, dentre outros) e nos mecanismos de coordenação e monitoramento dos programas, tendo sido propostas, ao longo do processo de elaboração do Estudo de Caso, varias estratégias de integração entre as instâncias gestoras dos programas nos diferentes setores e níveis de governo.

2 Programação Nacional

A programação nacional consistiu no desenvolvimento de uma grande oficina, com todos os participantes do evento, destinada a sensibilização sobre Direito Humano à Alimentação Adequada. Posteriormente foram realizadas oficinas temáticas voltadas para aprofundar o debate em torno de assunto específicos.

2.1 Oficina de Sensibilização em Direito Humano à Alimentação Adequada

A Oficina de Sensibilização em Direito Humano à Alimentação Adequada objetivou aprofundar a discussão conceitual em torno do tema, incluindo: (1) a legislação existente (como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989)); (2) a institucionalidade construída neste campo (rede institucional que atua no campo da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, tais como os conselhos de controle social, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, dentre outros), e (3)

uma análise desenvolvida em trabalhos de grupo destinada a identificação das principais violações do Direito Humano à Alimentação Adequada no país.

Na abordagem destes temas foram tratadas questões essenciais para o monitoramento das ações destinadas a garantia do DHAA, tais como: a identificação do(s) titular (es) desse direito; do (s) responsável (eis) pelo cumprimento da obrigação e as responsabilidades dos diferentes atores envolvidos (níveis de governo – municipal, estadual, federal; se organizações da sociedade civil, movimentos sociais ou indivíduos). De igual modo, foram discutidas as formas do Estado **respeitar, proteger, promover** (facilitar) e **garantir** o DHAA provendo as condições dos indivíduos e grupos de produção ou aquisição para auto-consumo (acesso à terra, emprego, renda).

Resumidamente, estas dimensões podem ser compreendidas da seguinte forma:

Respeitar – as ações e políticas públicas devem respeitar a capacidade de indivíduos, famílias e grupos de produzir e/ou adquirir sua própria alimentação e de compensar adequadamente quando isto não for feito. (Ex. respeitar acesso à terra, manutenção e geração de empregos, poder de compra, qualidade de vida, dentre outros);

Proteger – ações e política públicas devem proteger a capacidade de indivíduos, famílias e grupos de produzir e/ou adquirir sua própria alimentação contra a ação de terceiros. (Ex. instrumentos de proteção ambiental do solo, rios e mares; controle de qualidade dos alimentos; proteção contra propaganda enganosa de alimentos, dentre outros);

Promover – o Estado deve promover a capacidade de indivíduos, famílias e grupos de produzir e/ou adquirir sua própria alimentação. (Ex. elaborar estratégia nacional de realização do direito, com metas, prazos e recursos alocados incluindo políticas de: reforma agrária; apoio à agricultura familiar; microcrédito, apoio à pequena empresa, cooperativismo, educação alimentar, atenção ao pré-natal, atenção ao crescimento e desenvolvimento, promoção da alimentação saudável, programas de reabilitação nutricional e combate à fome, etc.);

Garantir – em situações de emergência ou carência decorrentes de desastres naturais, de conflitos ou de privação crônica, o Estado, com o apoio da sociedade, deve realizar o direito destes grupos, mediante o aporte de recursos financeiros e/ou alimentares, e de forma articulada propiciar a introdução de mecanismos que garantam a recuperação da capacidade das famílias e/ou comunidades de se alimentarem, o mais rápido possível.

A realização desta Oficina foi considerada pelos participantes como extremamente produtiva, tendo como consequência a sensibilização e o estímulo ao debate e reflexão sobre os programas a partir da ótica dos direitos, deveres e responsabilidades no campo da Segurança Alimentar e Nutricional.

2.2 Oficinas Temáticas

Além da oficina de sensibilização sobre DHAA, foram também realizadas oficinas/grupos de trabalho sobre os seguintes temas:

- (1) Aleitamento materno e alimentação complementar para crianças menores de dois anos;
- (2) Alimentação Saudável como Direito do Escolar;
- (3) Avaliação de Impacto do Programa de Transferência de Renda;
- (4) A implementação da “Estratégia Global de Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde” no Contexto brasileiro;
- (5) Ciência, Tecnologia e Inovação em Alimentação e Nutrição;
- (6) Nutrição e HIV/AIDS;
- (7) Rotulagem de alimentos na perspectiva do direito ao consumo seguro e saudável;
- (8) Segurança Alimentar e Nutricional: Alimentação Saudável, Agricultura familiar e Desenvolvimento Sustentável;
- (9) O Semi-árido Brasileiro e a Segurança Alimentar e Nutricional;
- (10) Fome Zero; e
- (11) Nutrição e populações específicas.

A síntese dos resultados destas oficinas/grupos de trabalho será apresentada a partir dos seguintes eixos:

- (a) objetivos das oficinas;
- (b) análise dos temas abordados nas oficinas sob a ótica do DHAA no que se refere à promoção, proteção e garantia do direito;
- (c) principais avanços ressaltados nas Oficinas;
- (d) principais desafios ressaltados nas Oficinas;
- (e) proposições.

2.2.1 Objetivos das Oficinas Temáticas

As oficinas temáticas tiveram os seguintes objetivos:

a) Aleitamento materno e alimentação complementar para saúde integral de crianças menores de dois anos

Discutir as ações de amamentação e alimentação complementar nos três eixos - proteção, promoção e apoio, por meio de sistemas de atenção à saúde, comunidade e parcerias institucionais.

b) Alimentação Saudável como Direito do Escolar

Discutir diferentes formas de promoção da alimentação saudável na escola, sob a ótica do DHAA, incluindo: a escola como instituição promotora de saúde e espaço que contribui para formação de hábitos alimentares saudáveis; alimentação e nutrição escolar como ação pedagógica, considerando as múltiplas possibilidades de ações educativas nos vários espaços da escola; as relações entre educação nutricional e controle de qualidade, educação nutricional e estratégias de oferta de alimentação saudável nas cantinas e espaços de refeição escolar; uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar e formas de controle operacional; experiência de implantação de ações de promoção à saúde a partir do programa de alimentação escolar no município do Rio de Janeiro, bem como, o resultado do estudo de caso realizado nas escolas de Aracaju/SE em 2001.

c) Avaliação de Impacto do Programa de Transferência de Renda

Apresentar e difundir a metodologia e os resultados encontrados na avaliação do Programa Bolsa - Alimentação (2001- 2004), bem como tornar disponíveis os aspectos técnicos do processo, incluindo: (i) a metodologia adotada pelo International Food Policy Research Institute (IFPRI) para avaliação de impacto de programas sociais; (ii) os resultados da avaliação de impacto e dos custos do Programa Bolsa - Alimentação; (iii) os resultados preliminares da avaliação de impacto epidemiológico e social – realizada em municípios baianos pela Universidade Federal da Bahia – do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde - Bolsa Alimentação e Bolsa Família.

d) A implementação da “Estratégia Global de Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde” no Contexto brasileiro

Discutir programas, ações e processos destinados a implementar a estratégia Global de Promoção da Alimentação Saudável, atividade física e saúde, considerando o perfil alimentar e nutricional da população brasileira e as relações entre atividade física e doenças crônicas não transmissíveis.

e) Ciência, Tecnologia e Inovação em Alimentação e Nutrição

Apresentar e difundir as principais ações que vem sendo desenvolvidas no campo da Ciência e Tecnologia em interface com a Segurança Alimentar, como as realizadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia através da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) e da Coordenação Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional (CGSA) e parcerias potenciais com estados, municípios e Organização da Sociedade Civil.

f) Nutrição e HIV/AIDS

Discutir questões relacionadas com a nutrição em pessoas portadoras do vírus HIV e AIDS, incluindo o atendimento através da rede de saúde, terapêuticas desenvolvidas, parâmetros para o cuidado nutricional, os problemas nutricionais mais recorrentes e o potencial da alimentação no processo terapêutico.

g) Rotulagem de alimentos na perspectiva do direito ao consumo seguro e saudável

Identificar e analisar os aspectos intersetoriais da legislação de alimentos enumerando propostas voltadas para potencializar as informações contidas nos rótulos dos alimentos e, com isso, obter o entendimento adequado pelo consumidor.

h) Segurança Alimentar e Nutricional: Alimentação saudável, Agricultura familiar e Desenvolvimento Sustentável.

Construir uma matriz programática de ações e programas públicos e intersetoriais voltados para a promoção da alimentação saudável sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional. As ações e programas que contemplam de forma integrada estas duas dimensões e que constituem os objetivos específicos são:

- a) Estimular a produção agroalimentar de base familiar e circuitos regionais de produção, distribuição e consumo;
- b) Promover a agrobiodiversidade e fortalecer as estratégias de desenvolvimento sustentável;
- c) Incentivar a Educação Alimentar e Nutricional e o consumo sustentável, valorizando hábitos culturalmente referenciados.

i) O Semi-árido brasileiro e a Segurança Alimentar e Nutricional

Apresentar e analisar a situação de saúde e nutrição da população residente no semi-árido, bem como os determinantes e ações que vêm sendo desenvolvidas na região.

j) Fome Zero

Apresentar as principais ações que compõem a estratégia do Fome Zero, considerando a situação sócio-econômica, alimentar e nutricional da população brasileira e as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo governo e pela sociedade civil.

l) Nutrição e populações específicas

Discutir ações em Alimentação e Nutrição para populações específicas, apresentar proposta de Vigilância Nutricional da FUNASA, esclarecer quanto às ações do MDS para o combate à fome nas populações específicas, apresentar a proposta da Carteira Indígena do MMA e projeto Krahô da Embrapa, discutir as propostas apresentadas pelos órgãos governamentais e definir outras propostas, inclusive para populações afro-descendentes, conforme as apresentações feitas e experiências da FUNASA para população indígena.

2.2.2 Análise dos temas sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada, no que se refere à promoção, proteção e garantia deste direito

Considerando que um dos objetivos da 32ª Sessão foi auxiliar os países a desencadear um processo interno de integração da Nutrição e dos Direitos Humanos nas políticas e programas nacionais, cabe destacar como os temas trabalhados nas oficinas se situam nas dimensões de respeito, proteção, promoção e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Ações de **promoção** ao DHAA que vêm sendo desenvolvidas no país e que foram destacadas pelas oficinas temáticas:

- Política de promoção ao aleitamento materno exclusivo;
- Semana Nacional da Amamentação;
- Semana de Alimentação do Escolar;
- Estratégias educativas em alimentação e nutrição;
- Estratégias de gastronomia saudável em restaurantes, oficinas culinárias, resgate da culinária na promoção da alimentação saudável;

- Estímulo ao consumo de frutas legumes e verduras;
- Estímulo a produção agroalimentar de base familiar e circuitos regionais de produção, distribuição e consumo através de incentivos em termos de recursos, escoamento da produção e apoio técnico;
- Promoção da agrobiodiversidade e fortalecimento das estratégias de desenvolvimento sustentável;
- Valorização de hábitos alimentares culturalmente referenciados;
- Programa de Alimentação como forma de promover e proteger a saúde do trabalhador;
- Produção de Material Educativo direcionado ao trabalhador com conteúdos da alimentação saudável a serem distribuídas pelas empresas;
- Produção de material com receitas saudáveis, a partir dos alimentos contidos nas cestas básicas a serem distribuídas diretamente ao público atendido por este tipo de programa;
- Bibliotecas e programas de rádio para veiculação de informações aos agricultores familiares;
- Rede Educacional para o Semi-árido - RESAB – que constitui um espaço de articulação política regional da sociedade organizada, congregando educadores/as e instituições governamentais e não governamentais que atuam na área de educação no semi-árido brasileiro. A rede tem como objetivo elaborar propostas de políticas públicas no campo educacional e desenvolver ações que possam contribuir com a melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional público do Semi - árido.
- Pacto Nacional “Um Mundo para as Crianças e Adolescentes do Semi-árido e do Pacto dos Governadores” que consiste num conjunto de medidas pactuadas pelos gestores para promoção da saúde das crianças e adolescentes residentes no semi-árido.

Ações de **proteção e apoio** ao DHAA

- Vigilância Alimentar e Nutricional, incluindo os esforços no sentido de implementar um sistema voltado para a população indígena;
- Projetos de produção de conhecimento e disseminação de informações sobre alimentação e nutrição;
- Regulamentação da alimentação oferecida nas escolas, incluindo as cantinas;

- Ações de Vigilância Sanitária de alimentos;
- Rotulagem nutricional como forma de garantir o direito à informação correta e clara, como aspecto fundamental para conquista e garantia do direito do consumidor, a opção de escolha de alimentos mais saudáveis e garantia do alimento seguro por meio da rastreabilidade;
- Ações de proteção e defesa do consumidor desenvolvidas pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor/ Ministério da Justiça, tais como o Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;
- Iniciativas voltadas para garantir a disponibilização obrigatória de informação nutricional da alimentação comercializada em *fast foods*, em tabela legível baseada na legislação vigente;
- Projetos de extensão e disponibilização de tecnologias sociais que visem garantir a produção, o acesso e a sustentabilidade alimentar de grupos populacionais expostos ao risco de insegurança alimentar e nutricional;
- Preservação de recursos genéticos e da biodiversidade;
- Resgate, valorização e implementação da cadeia produtiva de alimentos utilizando-se a biodiversidade dos frutos tradicionais;
- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;
- Ações de disseminação de tecnologia agrícola para os agricultores familiares.

Ações voltadas para **prover e garantir** o DHAA:

- Programas de transferência de renda;
- Programas de distribuição de alimentos;
- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;
- Projeto de construção de cisternas na região do Semi - Árido.

2.2.3. Principais avanços ressaltados nas oficinas

- Aumento do repasse *per capita* federal para alimentação escolar;
- Equiparação do repasse *per capita* de recursos para alimentação na pré-escola com o do ensino fundamental;

- Expansão do atendimento do PNAE para alunos indígenas com *per capita* diferenciado;
- Realização da avaliação de impacto, processo e custo do Programa Bolsa - Alimentação desde o início da implantação do Programa, uma iniciativa rara no país que se tornou referência para o nível nacional e internacional;
- Realização de estudos avaliativos do Programa Bolsa - Alimentação cuja análise parcial vem indicando: destinação principal da renda transferida para compra de alimentos; insuficiência de ações integradas com outros programas da área de alimentação e nutrição (suplemento da vitamina A); necessidade de continuidade de programas de transferência de renda; relevância da implementação de um sistema de monitoramento, avaliação e auditoria do programa; importância de estudos e pesquisas sobre impacto do programa em diferentes contextos de implementação;
- Direcionamento de recursos para investimento em ciência e tecnologia relacionada ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo de expandir a produção do conhecimento básico e aplicado sobre Alimentação e Nutrição;
- Existências de experiências bem sucedidas de convivência com o Semi-árido, como as desenvolvidas pela DIACONIA (instituição que trabalha com o manejo da água sob a ótica dos direitos humanos) tais como a construção de barragens, cacimbões, cisternas e métodos de irrigação em áreas do semi-árido, além do uso de biofertilizantes na agricultura. A produção orgânica e sua comercialização em feiras têm sido uma experiência exitosa, assim como a pesquisa da potabilidade da água em pequenas comunidades. Destacou-se o fato de que organizações da sociedade civil vêm implementando práticas de desenvolvimento integrado e sustentável na região através da agricultura e cisternas familiares, barragens subterrâneas, fundo de pasto e apicultura, na busca de segurança alimentar, nutricional e melhor qualidade de vida.

2.2.4. Principais desafios ressaltados nas Oficinas

- Dificuldades enfrentadas pelo agricultor para comercializar seus produtos dentro do mercado institucional;
- Percentual expressivo de indivíduos que vivem no país em situação de insegurança alimentar devido ao não acesso à água potável;
- Gravidade da situação de insegurança alimentar em que vivem todas as comunidades indígenas;

- Fragilidades ainda identificadas nas parcerias entre os setores da saúde e educação, na implementação das ações voltadas para alimentação saudável na escola em alguns municípios do país;
- Dificuldades em envolver toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários) nas atividades relacionadas à alimentação;
- Necessidade de fortalecimento do Controle Social sobre programas e ações;
- Possibilidade de retrocesso na área de pesquisa devido à previsão de não contratação de novos pesquisadores, em substituição àqueles que terão seus contratos finalizados por conta de aposentadorias;
- Dificuldades de acesso da população de mais baixa renda às redes de saúde que dispõem dos serviços de testes para detecção do vírus HIV, sendo, portanto, necessário ampliar esse serviço aos postos de saúde e as outras instituições hospitalares;
- Falta de estudos brasileiros quanto a biodisponibilidade de nutrientes nos alimentos produzidos no país que dificulta a quantificação e a qualificação segura dos alimentos recomendados aos pacientes com AIDS;
- Um percentual importante da população tem dificuldade de entender as informações disponibilizadas nos rótulos de alimentos;
- O trabalho realizado nas Unidades de Alimentação e Nutrição (preparo de alimentos) revela que as preparações geralmente são hiperlipídicas e com baixa qualidade nutricional, além disso, não há disponibilização sobre as informações nutricionais e o desperdício verificado é muito alto. Há que se considerar que preparações tidas como regionais perderam muito da sua qualidade pela incorporação de outros padrões alimentares, um exemplo é o “baião-de-dois” que, hoje em dia, é preparado com excesso de óleo e com inclusão de outros itens, como bacon;
- O padrão alimentar do brasileiro foi modificado e a relação com o alimento tornou-se mercantilizada, ou seja, a tradição cultural da alimentação vem sendo desvalorizada, além disto a identidade gastronômica no Brasil está sendo perdida e deve ser recuperada;
- Há uma tendência em reduzir a questão do alimento ao aspecto puramente econômico, desvinculando-o de seu aspecto político, cultural e social;
- Carência de dados no Brasil sobre resultados de ações de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas;
- Carência de estudos de avaliação do consumo alimentar direto;

- Baixa cobertura da assistência pré-natal, principalmente em regiões como o Semi-Árido;
- No semi-árido, principalmente área rural, identifica-se uma situação precária da alimentação da população de mais baixa renda evidenciando uma ligação com a falta de terra em quantidade e qualidade e conhecimentos das práticas apropriadas para o Semi-árido; a zona semi-árida do Nordeste constitui a mais extensa área de pobreza das Américas. Apresenta um índice de condições de vida – ICV que varia de 0,33 a 0,68, enquanto o ICV médio do Brasil alcança 0,81. Além disto é alta a prevalência de Hipovitaminose A, anemia e desnutrição;
- Fragilidade das políticas públicas no Semi-Árido.

2.2.5. Proposições

○ Proposições Gerais

Relacionadas a SAN, DHAA e MDM

- § Garantir que todas as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional incorporem a perspectiva dos Direitos Humanos, em especial o Direito Humano a Alimentação Adequada;
- § Tratar a Segurança Alimentar e Nutricional como princípio orientador de políticas públicas;
- § Constituir grupos intersetoriais nas três esferas de governo com vistas a otimizar as políticas de SAN;
- § Promover capacitação em Segurança Alimentar e Nutricional visando:
 - mudar a metodologia de ensino nos programas de formação, dando ênfase ao planejamento participativo,
 - desconstruir a idéia do alimento apenas como mercadoria, nos centros de formação de alguns profissionais como engenheiros de alimentos e profissionais afins,
- § Fortalecer a inter-relação entre os programas da atenção básica à saúde com ações de Segurança Alimentar e Nutricional;
- § Estabelecer distinção entre os conceitos de fome e de Insegurança Alimentar e Nutricional e considerar os aspectos culturais da SAN;

- § Promover o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio dentro da área de competência de cada esfera do governo.

Relacionadas as instituições que atuam na área de alimentação e nutrição

- § Dar continuidade e ampliar os processo de avaliação de programas e ações de alimentação e nutrição no país;
- § Articular, disponibilizar, estruturar e qualificar os conselhos e outros órgãos de controle social como medida de fiscalização e busca de soluções conjuntas;
- § Denunciar aos órgãos competentes, como Ministério Público Federal e outros, os estados e municípios que não cumprirem as recomendações Legais, reforçando a necessidade da contrapartida financeira;
- § Desenvolver um protocolo oficial de conceituação acerca do tema Alimento Seguro e Segurança Alimentar e Nutricional, criando mecanismo de como garantir alimentos seguros;
- § Discutir com as Universidades a re-estruturação de seus conteúdos programáticos dando o enfoque da alimentação saudável e de alimentação como direito, dentro do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);
- § Incentivar a aproximação entre Governo Federal e universidades, e considerar a importância da utilização da metodologia de experiências exitosas no campo da nutrição a fim de que sejam expandidas em âmbito nacional com incentivo do governo federal;
- § Utilizar e disseminar entre os diferentes atores que trabalham na área de alimentação e nutrição as experiências e proposições exitosas que vem sendo realizadas pelas instituições governamentais e por organizações sociais;
- § Realizar estudos sobre o consumo alimentar da população brasileira e aprofundar conhecimentos por meio de pesquisas sobre o consumo e sobre hábitos regionais;
- § Estimular sempre nos cardápios o consumo de alimentos regionais.

Moções

- Apresentada uma Moção para Ratificação da Convenção “Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil”.

○ Propostas específicas

a) Em relação ao Aleitamento materno e alimentação complementar para crianças menores de dois anos

- Viabilizar nos dez primeiros dias de vida a implementação de uma política de apoio ao aleitamento materno exclusivo através de: Unidades básicas de saúde, Programas de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família (PACS e PSF); Bancos de leite humano; mobilização da comunidade: “Mãe amiga do aleitamento materno”; Unidade básica Amiga da Amamentação, com parcerias com Universidades, comunidade e Organizações Não Governamentais;
- Realizar a Semana Nacional da Amamentação na mesma semana Mundial da Amamentação, ou seja, na primeira semana de agosto;
- Utilizar o componente “aleitamento materno” como prevenção das doenças crônicas não transmissíveis, inserido no enfoque da Estratégia Mundial para a Alimentação do Lactente e da Criança da Organização Mundial de Saúde (OMS);
 - Dar destaque na pauta de discussão da promoção da alimentação saudável e direito humano à alimentação as Normas de Comercialização dos Alimentos Infantis, com apoio do CONSEA;
- Promover estratégias de educação e comunicação para incentivo do aleitamento materno e alimentação saudável voltadas para toda a população;
- Realizar vigilância nutricional, incentivo ao aleitamento materno e alimentação complementar voltadas para as populações específicas (indígena, quilombola, etc);
- Elaborar protocolo de diagnóstico de emergências médicas relacionadas a questões alimentares (desnutrição severa, refluxos e alergias);
- Promover mobilização social na busca de solução para cumprimento ao direito à amamentação das mulheres trabalhadoras, com ênfase para àquelas das empresas privadas e empregos não-formais;
- Estabelecer a agenda de compromisso das três gestões governamentais (Federal, estadual e municipal) para qualificação do fluxo de informações institucional sobre o aleitamento materno;
- Elaborar material educativo que contemple os direitos da nutriz (direitos trabalhistas para a mulher trabalhadora), para as profissionais da saúde, mães e médicos de trabalho;
- Realizar estudos nos estados e municípios sobre a abrangência e uso do material “Guia Alimentar para Crianças Menores de Dois Anos - Ministério da Saúde”, já distribuído para estados e municípios;

- Capacitar sobre o uso e o conteúdo de orientação alimentar para menores de dois anos, recomendados pelo Ministério da Saúde (guia, álbum seriado, folder etc) voltado para atenção básica e educação em creches e escolas;
- Promover articulação inter-ministerial para garantir a coerência das ações relacionadas à promoção da alimentação saudável e aleitamento materno;
- Divulgar e incentivar o uso para os gestores e profissionais da Caderneta de Saúde da Criança e do SISVAN como instrumentos importantes no acompanhamento da saúde da criança.

b) Em relação à promoção da alimentação saudável como direito do escolar

- Introduzir na grade curricular das escolas o conteúdo Educação Alimentar Saudável selecionando os pontos importantes na construção de conhecimentos sobre Educação Alimentar e Nutricional para as crianças;
- Desenvolver estudos para a implantação de *per capita* diferenciado, por região, para a clientela do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Aumentar o número de conselheiros dos Conselhos de Alimentação Escolar, a serem capacitados por ano;
- Atender o ensino médio com alimentação escolar;
- Promover uma atuação mais efetiva do profissional nutricionista, como responsável técnico do PNAE;
- Promover intercâmbios entre gestores e os Conselhos de Alimentação Escolar.

c) Em relação ao Programa Bolsa Família e sua articulação com programas da saúde e outros setores

- Capacitar os gestores do programa e membros das comissões de controle social;
- Levar a discussão do programa para as diferentes instâncias institucionais, considerando que há muitas dúvidas em torno dele;
- Criar estratégias para incluir ações educativas sobre o Direito Humano à Alimentação Saudável, Alimentação Saudável no PACS, PSF e Atenção Básica;
- Trabalhar dentro de uma perspectiva de intersetorialidade entre as Secretarias de Saúde, Assistência e Educação;

- Atualizar a mídia sobre os programas para que não dêem informações que confundam a população;
- Fortalecer o agente comunitário de saúde, considerando o excelente papel que ele desempenha como parceiro na promoção da Alimentação Saudável;
- Aproveitar o material educativo que vem sendo produzido pelo governo federal para ser utilizado em atividades de educação nutricional nas escolas, rede de saúde e demais instituições;
- Preparar documento para os segmentos atendidos pelo PBF, numa linguagem acessível que promova conhecimentos necessários ao melhor aproveitamento dos serviços recebidos.

d) Em relação à rotulagem de Alimentos e ações de vigilância

- Melhorar a articulação entre órgãos regulamentadores juntamente com a sociedade civil, salientando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Inmetro e Ministério da Agricultura;
- Melhorar a divulgação e a importância das Consultas Públicas, com envio de informativo à Sociedade Civil organizada, sobre questões de rotulagem;
- Identificar outros canais de divulgação que possibilitem a interlocução com a Sociedade Civil;
- Incluir a questão da rotulagem como um dos integrantes da Responsabilidade Social das Empresas;
- A Sociedade Civil deve utilizar o rótulo como ferramenta para cobrar a Responsabilidade Social das Empresas;
- A preocupação com a saúde da população e a segurança do alimento destacando a informação confiável e fidedigna do rótulo do alimento é item a ser observado e considerado como de Responsabilidade Social da Empresa;
- Os órgãos regulatórios devem contribuir para que as empresas se conscientizem sobre sua Responsabilidade Social: Indústria de alimentos é indústria de produtos para saúde;
- A cidadania deve ser reforçada desde a educação infantil por isto deve-se incluir nos currículos escolares a educação nutricional buscando o consumo seguro e saudável dos alimentos;
- Ampliar a divulgação sobre as informações do rótulo e seu significado para alimentação e nutrição das pessoas;

- Capacitar em rotulagem nutricional, os agentes que participam do Programa da Saúde da Família e fazer a divulgação por meio de cartilhas;
- Implementar atividades de educação nutricional nas Visitas de Vigilância Sanitária que são feitas nas diversas instituições que oferecem refeição no momento da fiscalização para os responsáveis pelos serviços;
- Estabelecer pelo poder público municipal normas sanitárias adequadas à realidade local, adaptando de forma segura as determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Promover ações de vigilância e cuidado em toda a cadeia por onde o alimento passa, desde a produção de alimentos inócuos até o modo de preparo, sabendo que é importante o trabalho com as Unidades de Alimentação e Nutrição, pois a forma com que o alimento é preparado pode alterar seu valor nutricional.

e) Em relação à Agricultura familiar e Desenvolvimento Sustentável.

- Desenvolver ações de promoção do desenvolvimento local e incentivo a agricultura familiar;
- Criar um marco legal que garanta a compra da agricultura familiar e adotar mecanismos para compras/processos licitatórios que permitam a efetiva participação da agricultura familiar no fornecimento às compras institucionais;
- Estimular e apoiar os sistemas produtivos orgânicos saudáveis e enfatizar a segurança do alimento com início na sua produção, com ênfase na produção orgânica, não transgênica e alimentos livres de agrotóxicos;
- Estimular a produção de legumes, frutas e verduras na agricultura familiar como meio de aumentar a renda, bem como incentivar o consumo saudável;
- Organizar, de maneira formal, os pequenos produtores para o fornecimento de alimentos dentro das normas institucionais;
- Identificar as boas práticas de produção exitosas, que possibilitem a participação dos agricultores familiares com vistas ao desenvolvimento local;
- Participação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) como fornecedora de produtos da agricultura familiar às compras institucionais onde os agricultores não tenham organização suficiente;
- Listar e divulgar boas experiências que fortaleçam o desenvolvimento local, através do fornecimento de produtos da agricultura familiar ao mercado institucional, elaborando recomendações por parte dos ministérios aos estados e municípios;
- Promover feiras e outros equipamentos em nível local que favoreçam a comercialização dos produtos da agricultura familiar;

- Estimular a auto-suficiência dos Estados na produção de alimentos;
- Fortalecer o sistema e as ações da EMATER;
- Garantir recursos orçamentários para o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

f) Em relação à promoção da alimentação saudável

Diretrizes Gerais

- Considerar a dupla carga de doenças no Brasil (desnutrição e obesidade) e doenças crônicas não transmissíveis;
- Ampliar o consumo de frutas, legumes e verduras com ações diretas para bairros, distritos e localidades observando aspectos, como: preço acessível, estímulo à produção local com incentivo financeiro aos produtores, criação de embalagens que permitam o consumo imediato e ações voltadas para o estímulo ao turismo agrário;
- Não focar o incentivo ao consumo apenas de frutas, legumes e verduras, mas também de alimentos com proteínas de alto valor biológico, uma vez que no país ainda é prevalente a desnutrição infantil, detectada principalmente pelo indicador altura / idade e não pelo indicador peso/idade ou peso/ altura;
- Promover mobilização social para formar uma rede integrada de troca de experiências bem-sucedidas;
- Mudar o paradigma da produção de alimentos, destacando a importância da produção de alimentos seguros, livres de agrotóxicos e observando os princípios da alimentação saudável de forma a garantir a saúde da população, produção de alimentos orgânicos e não transgênicos;
- Na Região Norte do país a prevalência de desnutrição e de carências específicas ainda é alta e, por isso, o incentivo ao consumo e produção de frutas, legumes e verduras regionais e locais deve ser voltado para essas carências, assim como as pesquisas científicas sobre esse tema;

Questões relacionadas às ações educativas

- Promover ações de educação baseadas na linha pedagógica de Paulo Freire, que privilegia a autonomia do indivíduo; pensando a alimentação saudável sob uma nova perspectiva que considere inclusive a questão da felicidade, traduzindo os conceitos científicos para a população com base na realidade local; Experiência com projetos que trabalham com o protagonismo juvenil, de forma que a estimular à criação e a autonomia dos indivíduos, culminam em bons resultados. Deve-se reforçar a importância da utilização do patrimônio local na busca de soluções para os problemas identificados pela

própria comunidade e busca de parcerias e buscar modos alternativos e técnicas lúdicas de estimular a sociedade e influenciar positivamente nos hábitos alimentares. De igual modo é importante considerar que alimentação saudável extrapola a questão das classes sociais, sendo uma questão transversal, portanto, a educação alimentar e nutricional não deve se voltar apenas às classes de renda mais baixas;

- Apoiar o desenvolvimento de instrumentos educativos e campanhas sobre direito à alimentação adequada que despertem o interesse pelo tema;
- Incluir na matriz da “Iniciativa Intersetorial de Incentivo ao Consumo de Alimentos Saudáveis” aspectos que tratam da segurança do alimento, das capacitações e do conceito de alimentação saudável.

Questões relacionados à publicidade

- Incluir a divulgação da alimentação saudável nos meios de comunicação em massa;
- Incluir a publicidade de alimentos na esfera educativa ou do Direito;
- Discutir as ações de regulamentação para a publicidade em alimentos e elaborar contra propaganda para alimentos que são contrários a alimentação saudável;

Questões relacionadas às instituições e aos programas públicos

- Fortalecer a relação entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), considerando os avanços possíveis a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) local, como a introdução de alimentos regionais.
- Imediata constituição de um Grupo Interministerial no âmbito do Governo Federal, sob coordenação do Ministério da Saúde, para implementação da Estratégia Global de Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde e fomento a investimentos em Promoção da Saúde;
- Promover maior articulação das Universidades e do terceiro setor na formulação de propostas para atuação no incentivo ao consumo de frutas legumes e verduras de forma que as considerações sejam levadas aos órgãos governamentais; Conferir atenção especial à formação universitária dos alunos, com cursos de qualidade voltados a toda a cadeia por onde passa o alimento.

g) Em relação ao Semi-Árido

- Alcançar maior decisão política e fomento às políticas sociais para garantir a convivência com o Semi-árido;
- Promover mobilização social em prol do direito ao alimento e segurança nutricional e formação de uma consciência política que priorize o tema a nível nacional, buscando o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio;
- Estimular pesquisas e assistência técnica na área agropecuária, com prioridade ao fortalecimento e oferta de subsídios para a agricultura familiar;
- Construir modelos produtivos melhor adequados ecológica e economicamente ao Semi-árido;
- Fortalecer as políticas de educação contextualizada e promover a universalização do ensino fundamental no Semi-árido;
- Descentralizar o programa de alimentação escolar com aproveitamento dos produtos locais, fontes de vitamina A como o pequi, entre outros;
- Inserir na educação o conceito de nutrição como um direito em nível do ensino fundamental, médio e universitário;
- Preconizar a intersetorialidade entre Saúde e Educação, com ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e vigilância do estado nutricional;
- Encaminhar aos CONSEAs a discussão sobre a nutrição no Semi-árido;
- Promover acesso a terra e reforma agrária bem como o reordenamento fundiário;
- Fortalecer o papel das universidades no sentido de desenvolver pesquisas na área de segurança alimentar e nutricional na região;
- Intensificar o controle da Hipovitaminose A na região;
- Garantir e ampliar em 100% as ações do Programa Saúde da Família - PSF no Semi-árido, inclusive quanto às medidas de prevenção e tratamento da desnutrição e deficiência de micronutrientes;
- Interiorizar o trabalho dos profissionais de saúde e nutrição com os devidos incentivos;
- Repensar os objetivos e estratégias para a recuperação econômica, ecológica, social e a sustentabilidade do Semi-árido;
- Valorizar a sociedade civil e organizações locais e estimular uma maior participação da sociedade civil nas políticas públicas;

- Apoiar e disseminar experiências exitosas locais na área de nutrição e segurança alimentar.

f) Em relação à **Nutrição e populações específicas**

- Priorizar as ações para populações mais vulneráveis menos contemplados pelos bens e serviços públicos;
- Implantar ações em alimentação e nutrição que respeitem as diversidades dos povos;
- Regularizar a situação fundiária de todas as comunidades indígenas e quilombolas;
- Capacitar equipes multidisciplinares quanto aos aspectos antropológicos envolvidos nos cuidados de saúde e alimentação, além de capacitação técnica necessária às atividades de vigilância alimentar e nutricional;
- Garantir as populações tradicionais o direito ao acesso a todos os programas sociais disponibilizados pelo Estado;
- Fomentar projetos de auto-sustentação e autonomia das populações tradicionais;
- Fomentar programas e fortalecer parcerias voltadas à circulação e reintrodução de sementes tradicionais, valorizando a cultura local;
- Ampliar as parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES) e outras, com experiência em comunidades indígenas;
- Inserir o profissional nutricionista nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI);
- Promover a efetiva participação da população indígena e de quilombolas – sujeitos de direito – na elaboração, validação, execução e monitoramento da política pública de Segurança Alimentar;
- Fortalecer a articulação entre as instituições governamentais e não governamentais envolvidas diretamente ou indiretamente na promoção da segurança alimentar e nutricional;
- Reconhecer, respeitar e incentivar as práticas da medicina tradicional das populações indígenas e quilombolas;
- Promover a implantação e/ou implementação de Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção a Saúde Indígena;
- Avaliar a proposta do Ministério da Saúde quanto a suplementação de ferro e distribuição de cápsulas de vitamina A como forma de combate as carências nutricionais em populações indígenas;

- Fortalecer o controle social com organismos não governamentais conselhos de operação de ações de Segurança alimentar e Nutricional afim de impedir desvios de finalidade;
- Garantir a responsabilidade das três esferas de governo na redução de qualquer forma de desnutrição ligada a impossibilidade de acesso aos alimentos;
- Promover a avaliação das ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais, ONGs e municípios, além de uma análise da situação de insegurança alimentar dos grupos vulneráveis, de forma que repercuta em ações efetivas para mudança do quadro evidenciado, principalmente em relação a desnutrição pregressa;
- Destacar a luta pela terra como elemento fundamental da garantia do DHAA e da SAN.

3 Encaminhamentos no plano internacional

Ao final do evento foi assinado um Protocolo de Intenções entre o Brasil, Bolívia, Angola e Moçambique. Estes países realizaram estudos de caso na perspectiva de analisar os temas de alimentação e nutrição, inseridos nos planos de crescimento e combate à pobreza, de maneira a garantir o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio, na perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Esta assinatura referendou o interesse de continuidade em ações conjuntas entre os países.

Considerações Finais

Os resultados das avaliações feitas pelos participantes do evento, seja nos espaços mais ampliados de discussão seja nas oficinas e trabalhos de grupo, indicaram como ponto fortemente positivo a possibilidade de divulgação ampliada das diversas ações que vem sendo desenvolvidas no país no campo da Segurança Alimentar e Nutricional. Desta forma o evento possibilitou que profissionais que atuam em todo o país compartilhassem sua vivência cotidiana em torno do tema.

De igual modo, a 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição - SCN teve um caráter formativo, ou seja, de sensibilização para os temas da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação, possibilitando, segundo os participantes, uma compreensão

mais ampliada destas questões. As discussões geraram subsídios e propostas em termos de elaboração de matérias educativas que contemplem estes temas.

Além disto, o evento despertou boa parte dos participantes para a importância da construção de estratégias intersetoriais, fortalecimento dos mecanismos de coordenação dos programas, diálogo entre os gestores situados em diferentes setores e níveis de governo e parcerias intra-governamentais e entre Estado e Sociedade.

Uma das propostas elaboradas como desdobramento do evento foi a expansão de seu conteúdo para outros fóruns similares no país, que possibilitem uma ampliação da discussão em torno do DHAA e dos diversos componentes em torno do papel dos diferentes atores, mecanismos de denúncia e responsabilização dos gestores.

Por fim, cabe destacar que o exercício de analisar a inserção do componente da Nutrição nos planos Nacionais de Desenvolvimento contribuiu para reforçar a essencialidade deste tema para uma estratégia que conjugue desenvolvimento econômico, social equitativo e sustentável.